



O CORREGEDOR DOS CORREGEDORES

AMAERJ DEFENDE ELEIÇÕES DIRETAS

Audiência Pública mostrou a força da luta pela democracia nos tribunais

p.10

JUIZES FAZEM CURSO DE SEGURANÇA

AMAERJ ofereceu treinamento de tiro, em parceria com a Polícia Civil

p.16

HUGO CARVANA: O POLITICAMENTE INCORRETO

Leia uma das últimas entrevistas do ator que faria 80 anos ano que vem

p.32



ESTIMADOS,

Com alegria chegamos ao segundo semestre de gestão, com o engajamento das diretorias e dos que têm aderido à Nova AMAERJ, em reconhecimento ao trabalho. Temos visitado as comarcas do interior e realizado reuniões periódicas na sede administrativa. Nossa comunicação avançou, com informativos diários dando conta de nossa atuação e dos colegas, além da pronta divulgação de pautas legislativas e votações de interesse da classe. Notas técnicas e manifestações na mídia fazem a AMAERJ ser consultada pelos grandes veículos de comunicação acerca de temas do Judiciário local e nacional.

A admissão na maioria das comissões do TJ-RJ nos tem permitido debater e apresentar sugestões em matérias de relevância para a proteção das prerrogativas dos magistrados. Resta apenas a Comissão de Regimento Interno e de Legislação para a almejada integração entre a Alta Administração e os magistrados.

Acompanhamos de perto o Órgão Especial, o Conselho de Magistratura e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), neste com a presença de diretor e advogado, para compreender as decisões paradigmáticas para os Estados.

Promovemos curso de Processo Civil, seminário com processualistas civis da Comissão Legislativa do Código e programamos convênios de pós-graduação com renomados centros de ensino. Firmamos convênios com marcas de renome e incrementamos os eventos sociais, na

moderna sala de convivência na sede, usada em reuniões de trabalho e de conagração.

Reorganizamos as despesas, enxugamos a máquina administrativa e executamos obras de manutenção nas sedes campestre e praiana. Propiciamos a ida dos magistrados, por sorteio, nos principais fóruns nacionais, elevando a AMAERJ a posição de destaque nas discussões jurídicas do país.

A ação permanente no Congresso Nacional foi fundamental para a não-aprovação, sem debate, de textos sobre o teto remuneratório do funcionalismo público, a renegociação da dívida dos Estados – o que não nos garante tranquilidade neste difícil momento. Não descuidamos da PEC das Eleições Diretas nos tribunais, e o Rio sediou histórica audiência pública com deputados que cuidam da matéria.

Os encontros esportivos e a ação ecológica na Baía de Guanabara, além de congregarem colegas, constroem pauta positiva e nos aproximam da sociedade.

A AMAERJ é hoje referência. Seguiremos com o compromisso de tornar o Judiciário mais bem compreendido pela sociedade, à qual dedicamos com gosto nosso tempo e nossas vidas.

Renata Gil de Alcântara Videira
PRESIDENTE DA AMAERJ

Caro leitor,

A quantidade de matérias sobre distintas ações da Nova AMAERJ nesta **FÓRUM** mostra a dinâmica de atuação e os eventos em que se envolveu nos últimos meses. Do ato a favor das Eleições Diretas nos Tribunais de Justiça do país, com presença de dois deputados federais, à garantia de representação nas comissões do TJ-RJ, os magistrados são os protagonistas na atual gestão.

A 45ª edição traz uma homenagem à juíza Patrícia Acioli, cujo trágico assassinato em Niterói completou cinco anos, em agosto. Anualmente, sua memória é prestigiada com o Prêmio AMAERJ Patrícia Acioli de Direitos Humanos. Em 2016, são 169 os inscritos, em quatro categorias: Trabalhos Acadêmicos (64 participantes), Reportagens Jornalísticas (53), Práticas Humanísticas (36) e Trabalhos dos Magistrados (16), lançada este ano. A premiação será em 7 de novembro, no Plenário do Tribunal Pleno do TJ-RJ.

FÓRUM fez uma reportagem especial sobre o Curso de Segurança e Tiro da AMAERJ, na Cidade da Polícia Civil. Com disputa acirrada de vagas, que tiveram de ser ampliadas, a iniciativa foi considerada um sucesso. O Rio de Janeiro é o Estado com mais juízes sob ameaça, segundo o Conselho Nacional de Justiça. Um novo curso acontecerá em novembro. Outras ações sociais retratadas nas páginas são a coleta de lixo na Baía de Guanabara por magistrados e membros do Ministério Público do Rio, com canoa havaiana, e o trekking nas montanhas de Petrópolis.

A Capa é o corregedor nacional de Justiça, João Otávio Noronha, ministro do Superior Tribunal de Justiça. Em entrevista exclusiva, ele conta por que optou por não ser juiz, após ser aprovado em primeiro lugar em concurso em 1987, descreve suas expectativas e linha de atuação como “corregedor dos corregedores” e defende que os magistrados passem os primeiros dois anos após o concurso em escolas de formação, “aprendendo a ser juízes”.

Convidamos o procurador da República e secretário de Relações Institucionais do Ministério Público Federal, Peterson de Paula Pereira, para escrever nosso Artigo, sobre a legalização de jogos, a ser votada no Congresso Nacional. Com experiência no assunto, ele conclui que a legalização “significa que os atuais atores, que atuam no submundo, serão os donos do negócio”. “Quem flerta cotidianamente com o crime, comete homicídios, lava dinheiro e corrompe não deixará de delinquir, à luz do sol.”

A seção de Cultura tem uma entrevista inédita com o ator Hugo Carvana, concedida pouco antes de sua morte. Ano que vem, ele receberá uma série de homenagens, entre as quais um documentário. Por fim, **FÓRUM** relata o pênalti que decidiu o Campeonato Nacional Máster a favor da AMAERJ. Divirta-se! ■



Equipe da **FÓRUM**: Roberta Mainczyk, Raphael Gomide (editor) e Diego Carvalho

EXPEDIENTE

DIRETORIA EXECUTIVA

PRESIDENTE

Renata Gil

1º VICE-PRESIDENTE

André Gustavo Correa de Andrade

2º VICE-PRESIDENTE

Ricardo Alberto Pereira

SECRETÁRIO-GERAL

Luiz Alfredo Carvalho Junior

1ª SECRETÁRIA

Rita de Cássia Vergette Correia

2ª SECRETÁRIA

Eunice Bitencourt Haddad

1ª TESOUREIRA

Alessandra de Araújo

Bilac Moreira Pinto

2ª TESOUREIRA

Simone de Araujo Rolim

FÓRUM AMAERJ

EDITOR

Raphael Gomide

REDAÇÃO

Raphael Gomide, Diego Carvalho e Roberta Mainczyk

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Andréa Miranda

DESIGN

Daniel Cunha (estagiário)

CONTATO

revista@amaerj.org.br

IMPRESSÃO

Gráfica Mec

TIRAGEM

2.000 exemplares

SEDE DA AMAERJ

Rua Dom Manuel, 29 - 1º andar

Rio de Janeiro | RJ | Brasil |

CEP 20010-090

Tel.: (21) 3133-2315

3 **MENSAGEM DA PRESIDENTE**

4 **CARTA DO EDITOR**

6 **PALAVRAS AO VENTO**

8 **IMAGEM DA FÓRUM**

10 **AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Magistrados a favor das Eleições Diretas para os TJs

12 **PRÊMIO AMAERJ PATRÍCIA ACIOLI**

Homenagem à juíza assassinada tem 169 inscritos

14 **AMAERJ EM MOVIMENTO**

16 **CURSO DE SEGURANÇA**

Magistrados de arma na mão

19 **ARTIGO**
por PETERSON DE PAULA PEREIRA

20 **TREKKING**



22 **AÇÃO SUSTENTÁVEL E CANOA HAVAIANA**

25 **COMISSÕES**

26 **ENTREVISTA**
O que pensa João Otávio Noronha, corregedor dos magistrados



31 **CARIOCANDO**

32 **Cultura**
Hugo Carvana, o "vagabundo" que trabalhou a vida inteira

35 **Esporte**
AMAERJ é campeã nacional Máster

36 **O Monge olímpico**

37 **Turismo**
Tôquio, a próxima sede das Olimpíadas

38 **Estante**
Novos livros sobre Direito



“Fortalecer uma empresa que descumpra decisões judiciais reiteradamente dá mais força para quem descumpra a lei.”

Juíza **Daniela Barbosa** à Folha de S.Paulo



“Hoje, sou eu; vocês, amanhã.”



Eduardo Cunha, ex-presidente da Câmara, advertindo os deputados na tentativa de evitar sua cassação

“Qualquer juiz de um tribunal grande, pode ser o melhor jurista do mundo, vai fracassar se não for um bom gestor também. O volume de trabalho é imenso, não dá conta se não tiver um mínimo de noção de organização gerencial.”



Antonio Saldanha à ConJur, ministro do STJ

“É só um jogo, embora eu entenda como você se sente.”



Mathis, 10 anos, garoto português que consolou torcedor francês após vitória de Portugal sobre a França, na final da Eurocopa

“COM UNIFORME, RECEBO DESAGRA-DÁVEIS OLHARES DE ÓDIO. SEM UNIFORME, ALGUNS ME CONSIDERAM UMA AMEAÇA.”



Montrel Jackson, policial de Baton Rouge, no facebook, dias antes de assassinado por atirador em Louisiana, EUA

“O tempo do Judiciário não é o tempo da política, nem é o tempo da mídia. Temos ritos, procedimentos e prazos que devemos observar.”

Ricardo Lewandowski, ex-presidente do STF



“Nosso problema está na carga de trabalho e na taxa de congestionamento. 70% congestionado, o Judiciário vive a véspera de um estrangulamento. E estamos em 3º lugar em produtividade no mundo. Então, tem alguma coisa errada.”


Luis Felipe Salomão, ministro do STJ


“QUANDO SE CORTAM INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO, TODA UMA GERAÇÃO DE CRIANÇAS VAI CRESCER IGNORANTE. E O PAÍS VAI PAGAR POR ISSO.”


Robert Lucas, Nobel de Economia em 1995 e professor da Universidade de Chicago sobre os cortes de orçamento na educação, após passagem pelo Rio de Janeiro

“A corrupção é uma ‘serial killer’, que se disfarça de buracos de estradas e de pobreza.”


Procurador Deltan Dallagnol, coordenador das investigações da Lava-Jato

“A PRIORIDADE ABSOLUTA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE TEM QUE COMEÇAR NA NOSSA CASA, COMO ACONTECE NA AMAERJ. QUIÇÁ ESSE EXEMPLO POSSA SERVIR PARA OUTROS TRIBUNAIS E ASSOCIAÇÕES.”


Juiz Renato Rodovalho Scussel, presidente da Abraminj (Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude), sobre a diretoria de Direitos Humanos e Proteção Integral da AMAERJ

Escola da M do Estado do Rio



Magistratura do Rio de Janeiro



IMAGEM DA FÓRUM

Em julho, a AMAERJ promoveu Audiência Pública sobre as Eleições Diretas nos TJs, com mais de cem magistrados de todo o país. O relator da PEC 187, João Campos (PRB-GO), e o deputado Fernando Franceschini (SD-PR) participaram. Ao final, mais uma foto-símbolo da união da magistratura

DEMOCRACIA NA JUSTIÇA

AMAERJ
PROMOVE
AUDIÊNCIA
PÚBLICA SOBRE
ELEIÇÕES
DIRETAS COM
DEPUTADOS E
MAGISTRADOS

por **DIEGO CARVALHO**

Apenas 14% magistrados brasileiros escolhem os membros da administração dos Tribunais de Justiça do país. É preciso mudar. A democratização interna é fundamental para o avanço da gestão do Judiciário. Essa foi a unânime opinião durante a Audiência Pública da AMAERJ, que debateu a PEC 187/2012, das Eleições Diretas. O encontro reuniu deputados federais e representantes da AMB, AJUFE, APAMAGIS, AMAPAR, AMAB, AMATRA-1, AMAM, ANAMAGES, AJUFERJES, em julho, no Rio.

Relator da PEC, o deputado federal João Campos (PRB-GO) declarou que o momento é oportuno, o tema é relevante e de fácil entendimento. “A matéria está pronta para o plenário. O sistema de hoje privilegia os desembargadores. Estamos alargando a democracia no Judiciário de forma clara, objetiva e transparente. Com a PEC, ninguém perde. Os servidores não perdem; os juízes não perdem; os desembargadores não perdem; a sociedade não perde. Mais que isso: há ganhos para todos!”, disse Campos.

A presidente da AMAERJ, Renata Gil, afirmou que vai mobilizar os associados do Rio e organizar uma “caravana” para acompanhar a votação em Brasília. “Por que não avançamos e chegamos à frente da PEC? Precisamos de mobilização para

estar juntos no Parlamento, em caravana. Não adianta assistir de camarote, da TV. Preciso de vocês juntos e unidos.”

Renata disse que o Tribunal de Justiça de Roraima é o único com Eleições Diretas no país e lembrou que o Rio deixou de estar à vanguarda por um voto, em votação em 2015. Essa decisão, em pleito fechado do pleno do TJ-RJ, será julgada pelo CNJ. Para a presidente da AMAERJ, entretanto, “o segundo grau está preparado” para a mudança no Rio.

Responsável por dar o impulso inicial na formação da Comissão Especial da Câmara que analisou a PEC 187/2012, o deputado Fernando Francischini (SD-PR) afirmou que 86% dos magistrados brasileiros não votam para escolher as administrações dos Tribunais de Justiça do país. No TJ-RJ, por exemplo, apenas 180 (desembargadores) dos 900 membros votam, enquanto 720 juizes de primeiro grau ficam alijados do processo.

Para João Campos, “há certa ausência de legitimidade” em uma eleição onde a maioria (os juizes de primeiro grau) não vota. Segundo ele, a democracia não admite “privilegiados no sufrágio”. “O voto do presidente da República vale tanto quanto do morador de rua. Senão temos uma democracia maculada. Todos os segmentos sociais já aprenderam a viver dentro da regra democrática. Se o juiz é capaz de presidir o processo



Relator: “Se o juiz é capaz de presidir o processo eleitoral não está pronto para escolher seu presidente? Claro que está!”

eleitoral como não está pronto para, na eleição de seu TJ, escolher seu presidente? Claro que está!”, disse Campos.

A presidente da AMAERJ, Renata Gil, concorda. “O único argumento para mistificar este avanço é o da politização do Judiciário, extremamente frágil quando analisamos o próprio TJ-RJ. Há 180 desembargadores elegíveis, a comprovar que a politização já existe, é saudável e permite que propostas e pautas importantes sejam discutidas pelos candidatos. A nova regra apenas ampliará o corpo de eleitores e consagrará a plena legitimidade dos eleitos”, afirmou Renata.

O presidente da APAMAGIS (Associação Paulista de Magistrados), Jayme de Oliveira, acredita que é possível avançar na gestão do Judiciário. “Esse é o grande tema da magistratura. Antigamente, não se preocupava em saber se a pessoa tinha um viés de gestor, era apenas

“COM A PEC,
NINGUÉM PERDE.
MAIS QUE ISSO:
HÁ GANHOS PARA
TODOS!”

JOÃO CAMPOS,
deputado federal

uma homenagem a quem tinha passado 40 ou 50 anos na carreira. A magistratura não aceita mais isso. É preciso haver projetos.”

Para Paulo Feijó, vice-presidente da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros), há uma união da magistratura em torno da democratização do Judiciário. “Existem juízes com mais de 20 anos de magistratura que não têm direito a voto. Não conseguimos compreender essa distinção em que membros muito mais novos na carreira têm esse direito, pela forma de ingresso, e os mais antigos não. Somos todos magistrados e temos direito a voto.”

O presidente da AJUFERJES (Associação dos Juizes Federais do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Wilson José Witzel, afirmou que haverá responsabilidade de todos na administração. “Os juízes poderão participar mais das diretrizes a serem seguidas. Essa mudança vai fortalecer o processo democrático, teremos uma nova magistratura.”

Maria Aglaé Tedesco Vilaro ressaltou que muitos não serão desembargadores. “Sou uma juíza muito feliz e não quero me sentir forçada a ser promovida ao 2º grau. Tenho o prazer em ser juíza de 1º grau, mas quero me sentir feliz também em escolher os comandantes da carreira.”

Ao final do evento, os magistrados tiraram foto com uma faixa pedindo “Eleições Diretas nos Tribunais.” ■

‘PARA QUE O MAL TRIUNFE, BASTA QUE OS BONS NÃO FAÇAM NADA’

5º Prêmio AMAERJ Patrícia Acioli premia trabalhos sobre Direitos Humanos e Cidadania e tem categoria exclusiva para magistrados

por

RAPHAEL GOMIDE e DIEGO CARVALHO



Em seu gabinete em São Gonçalo, a juíza Patrícia Acioli mantinha citações de pensadores afixadas às paredes para lembrá-la, diariamente, dos dilemas da natureza humana e dos desafios da magistratura. As frases pareciam norteá-la em seu engajado exercício do Direito, desde os bancos universitários, como servidora do Judiciário, defensora pública e, finalmente, como juíza.

Dos aforismos em pedaços de papel espalhados pelo gabinete, talvez o que mais demonstrasse o seu espírito destemido em eterna busca por justiça fosse uma conclamação do filósofo irlandês Edmund Burke: “Para que o mal triunfe, basta que os bons não façam nada”.

Patrícia Acioli nunca correu o risco de não fazer nada. E, talvez por tanto lutar para evitar que o mal triunfasse, de forma intrépida e apaixonada, foi assassinada por

policiais militares que julgava, em agosto de 2011. Anualmente, a vida e o trabalho da juíza são celebrados pela AMAERJ, para que sua história não seja esquecida. Em uma noite marcada por emoção, magistrados do Rio de Janeiro, parentes e convidados participaram do lançamento do 5º Prêmio AMAERJ Patrícia Acioli de Direitos Humanos, no TJ-RJ.

“O prêmio é a joia mais preciosa de nossa instituição. A pauta dos direitos humanos legitima a própria atuação do Judiciário. Patrícia Acioli era uma humanista, preocupada em proteger as vítimas dos seus processos e em combater o crime organizado. A verdadeira homenagem à sua bravura e dedicação é transformar em ação o discurso de proteção aos direitos humanos”, afirmou a presidente da AMAERJ, Renata Gil.

As frases no local de trabalho eram um permanente alerta e revelam o caráter de Patrícia. Em uma delas, Platão dizia que “o juiz não é nomeado para fazer favores com a Justiça, mas para julgar conforme a lei”. Integrante da força-tarefa criada para substituir a colega após o assassinato, Cláudia Vidal sentiu-se impactada pelas citações nas paredes. “Foram momentos duros, de insegurança, mas aprendi muito naquele momento, no gabinete dela.”

Amigo de faculdade, colega na Defensoria Pública e na magistratura, o desembargador Flávio Horta lembrou a face conciliadora de Patrícia, apesar da intransigente defesa dos mais fracos. “Ela denunciou torturas, espancamentos, abusos a adolescentes e presos comuns.” Para Horta, Patrícia se tornou um símbolo mundial do combate à



Lançamento
teve apresentação
da Orquestra da
Providência

CERIMÔNIA DE PREMIAÇÃO

169 Trabalhos disputam o Prêmio

Os vencedores serão anunciados em 7 de novembro, às 18h, no Plenário do TJ-RJ. São 169 trabalhos inscritos nas categorias: **Trabalhos Acadêmicos** (64); **Reportagens Jornalísticas** (53), **Práticas Humanísticas** (36) e **Trabalhos dos Magistrados** (16) – esta sem prêmio em dinheiro. Os três primeiros colocados receberão R\$ 15 mil, R\$ 10 mil e R\$ 5 mil. Uma personalidade dos direitos humanos ganhará o Troféu Hors-Concours.

injustiça e da luta contra o crime organizado. “O crime é a primeira violação aos direitos humanos. Patrícia Acioli viveu plenamente, sempre fiel aos seus ideais.”

A desembargadora Regina Passos antecedeu a colega no Tribunal de Júri de São Gonçalo. “A vida valia pouco. Eram muitas mortes, autorias ignoradas, vidas perdidas inutilmente.” De 2006 a 2011, 2425 pessoas foram assassinadas em São Gonçalo. Patrícia prendeu 60 policiais ligados a grupos de extermínio e milícias e, em 2011, o número caiu 29% em relação ao ano anterior, de 404 para 287. Esse é o impacto que um juiz pode causar: 117 vidas. “Patrícia sofreu o tempo todo lá. Desde o primeiro momento sofreu ameaças”, afirmou Regina. “Ela está morta. Mas suas ideias nunca morrerão. Não queremos mais nenhuma Patrícia [juíza

assassinada]. Esse final não pode mais acontecer”, disse Regina.

Para o jornalista Zuenir Ventura, Patrícia é “uma autêntica mártir”. “Os que a executaram queriam atingir também as causas que ela defendia: os direitos humanos e a cidadania. Só não contavam que a

“O JUIZ NÃO É
NOMEADO PARA
FAZER FAVORES COM
A JUSTIÇA, MAS PARA
JULGAR CONFORME A
LEI”. PLATÃO,
no gabinete de Patrícia Acioli

memória e o exemplo de Patrícia não seriam esquecidos. O Prêmio é uma forma de perpetuá-los.” O presidente do TJ-RJ, Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, disse que a láurea integra a magistratura à sociedade e homenageia “a bravura” de Patrícia.

Marcia Succu citou a pesquisa recente do CNJ, segundo a qual 23 magistrados do Rio vivem sob ameaça e escolta. O Estado é o primeiro na lista. “À família da nossa querida colega Patrícia Acioli, posso dizer que não vamos esquecê-la porque não queremos esquecê-la”, disse Márcia.

As inscrições para o 5º Prêmio AMAERJ Patrícia Acioli foram encerradas em 30 de setembro. A premiação será em 7 de novembro, no TJ-RJ. Bradesco, Itaú, Multiplan, Caixa Econômica Federal e Governo Federal são os patrocinadores; EMERJ e TJ-RJ apoiam a iniciativa. ■

RIO RECUPERA PROTAGONISMO NACIONAL

União da classe pela conquista de seus direitos

por **ROBERTA MAINCZYK**

Em oito meses à frente da Renata Gil já cumpriu um objetivo traçado em sua posse: o Rio recuperou o protagonismo no cenário nacional. A associação atuou intensamente em Brasília, mantendo permanente contato com lideranças no Legislativo. Organizou uma prestigiada audiência pública a favor das Eleições Diretas nos Tribunais, organizou eventos jurídicos e associativos, inaugurou uma adega na reformada Sala dos Magistrados, e emitiu notas em defesa de magistrados. Os desafios não são poucos, mas a AMAERJ está atenta e em movimento.



Renata Gil destaca as ações do Judiciário

1º FÓRUM DE SEGURANÇA PÚBLICA: DESAFIOS DE UMA SOCIEDADE EM GUERRA

Renata Gil falou sobre delações premiadas e o uso de recursos apreendidos em benefício da Segurança Pública no “1º Fórum de Segurança Pública: Desafios de uma Sociedade em Guerra”. O evento discutiu soluções para a crise do Rio de Janeiro. Para o presidente da Ajuferjes, Wilson Witzel, a desvalorização do policial enfraquece o combate ao crime.



TOGAS UNIDAS: em apoio ao juiz Sérgio Moro e em defesa da independência do Judiciário, um grupo de magistrados promoveu em março uma manifestação no Museu da Justiça, no centro do Rio de Janeiro

A força do Judiciário

toda coisa ruim tem seu lado bom, como diz a crença popular, o ano de 2015 não foi completamente perdido, apesar do grande desastre econômico. Foi um ano de avanço nas investigações da Operação Lava Jato – um marco no combate à corrupção no país. Foi um ano também de afirmação da independência do Judiciário e do Ministério Público, que vêm tendo atuação firme em meio às pressões políticas de todos os lados. Para um futuro mais limpo, que continuem assim.

Magistratura do Rio representando a força do poder Judiciário

AMAERJ NA MÍDIA

A Revista EXAME destacou a importância da força do Poder Judiciário para o combate à corrupção. A edição especial Melhores & Maiores 2016 citou o ato promovido pela AMAERJ, em março, que reuniu 200 magistrados em defesa da independência do Judiciário e do juiz Sérgio Moro.

JANTAR HARMONIZADO

Mais de 30 associados participaram da degustação de vinhos organizada pela ex-tenista portuguesa e sommelier Sofia Prazeres (proprietária da quinta). Oferecido pela AMAERJ, em parceria com a Wine Mundi e a Quinta de São José, aconteceu no charmoso Restaurante Vieira Souto, em Ipanema.

2º CURSO NOVO CPC

Devido ao sucesso do curso “Inovações do Novo Código de Processo Civil”, a AMAERJ organizou um segundo módulo com o professor Alexandre Flexa. As aulas tiveram “Execução Forçada” como tema.



Espaço para magistrados tirarem dúvidas sobre o novo código de processo civil



Juizes e desembargadores do Rio representam a classe em Fórum Nacional

FÓRUM NACIONAL DE JUIZADOS ESPECIAIS

Apoiada pela AMAERJ e com mais de 20 magistrados, a delegação fluminense foi a maior da 39ª edição do FONAJE (Fórum Nacional de Juizados Especiais). O encontro aconteceu no Hotel Maceió Atlantic Suites, em Alagoas, e debateu a repercussão do novo CPC no dia a dia dos juizados.

CHURRASCO DE BOAS-VINDAS AOS NOVOS JUÍZES

A AMAERJ promoveu o encontro para receber os 36 novos juizes do 46º Concurso para Ingresso na Magistratura de Carreira do Estado do Rio de Janeiro, na Sede Campestre, em Vargem Grande. A confraternização, aberta às famílias, serviu como uma ótima oportunidade de aproximar os colegas de classe.



Novo espaço para confraternização e reuniões na sede da AMAERJ



Magistrados em encontro casual

NOVA SALA DOS MAGISTRADOS

A inauguração da Sala dos Magistrados da AMAERJ foi prestigiada por mais de 20 associados, que degustaram vinhos italianos orientados pelo sommelier Paulo Nicolay. O evento teve a presença dos desembargadores Luiz Zveiter, ex-presidente do TJ-RJ, Maria Inês Gaspar, 1ª vice-presidente do TJ-RJ, e Cláudio dell’Orto, ex-presidente da AMAERJ.



Juizes do Rio tiveram aulas com a Core na Cidade da Policia Civil

AUTOESCOLTA

por **DIEGO CARVALHO**

AMAERJ promove curso para juizes sobre técnicas de segurança. Magistratura fluminense é a mais ameaçada do país

O que você faria se o seu gabinete estivesse prestes a ser invadido? Como agiria ao perceber que está sendo seguido? De que forma defenderia a sua família de um ataque em casa? Estes riscos, a que todos os magistrados estão sujeitos, foram abordados no Curso de Segurança e Tiro, organizado pela AMAERJ e promovido pela Core (Coordenadoria de Recursos Especiais), em julho e agosto, na Cidade da Polícia Civil, no Jacaré.

O Brasil tem, atualmente, 131 magistrados em situação de risco, de acordo com o Diagnóstico da Segurança Institucional do Poder Judiciário, divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça. Apesar desse número, em menos da metade dos tribunais do país houve cursos de segurança pessoal para os juizes.

Mais de 20 magistrados do Rio aprenderam diferentes técnicas de segurança: saque de arma, confronto em proximidade,

disparo de combate, tiro ajoelhado, progressão em área de risco, fuga de emboscada em veículo e combate em ambientes confinados. Treinaram disparos com espingarda calibre 12, pistola e fuzil. O inspetor de polícia Carlos Yegros, da Seção de Treinamento Especializado da Core, afirmou que foi elaborado um programa especial para os juizes.

“Buscamos fazer um resumo do trabalho prático das atividades dos magistrados



no momento em que estão expostos, no carro, na iminência de um ataque no fórum e no dia a dia com arma de fogo. Ao precisar sair do gabinete para buscar uma proteção melhor, o que se deve fazer? Com as técnicas, eles também teriam condições de auxiliar a escolta no caso de enfrentamento”, disse o policial.

A procura foi tão grande que a AMAERJ precisou dobrar o número de vagas, de 11 para 22. Em novembro, um novo treinamento será organizado. Participante de outros cursos de segurança e um dos organizadores deste, o juiz Richard Fairclough (diretor de Defesa de Prerrogativas e Direitos dos Magistrados da associação) destacou a originalidade das técnicas apresentadas pela Core.

“Esse curso não é apenas um tiro ao alvo, é dinâmico e apresenta situações diferentes. É importante o juiz ter prática com tiro porque, se precisar usar a arma, tem de

estar acostumado para não ser surpreendido. Não resolve completamente o problema da segurança, mas ajuda muito”, afirmou.

Antes de exercitar os disparos, os magistrados ouviam as instruções de Yegros sobre a forma correta de sacar a arma. O policial simulou diferentes situações de perigo e ressaltou que mais importante do que saber atirar, é antever uma ameaça e

agir com rapidez para se livrar dela.

Dos 36 tribunais do país, o TJ-RJ é o que tem o maior número de magistrados em situação de risco: são 23 juízes ameaçados. Depois vêm os tribunais de Alagoas, com 13, e do Pará, com 11. “A criminalidade do Rio de Janeiro é diferenciada, mais agressiva e menos respeitosa em relação às instituições. Há juízes muito fortes, atuantes e firmes, o que causa certa resistência”, afirmou a juíza Yedda Filizzola Assunção, da 1ª Vara Criminal de São João de Meriti.

Tula Mello (diretora de Defesa de Prerrogativas e Direitos dos Magistrados) também acredita que a alta taxa de criminalidade na capital fluminense é o principal motivo para as ameaças. “O Rio é muito violento e o deslocamento da casa para o fórum é perigoso. O curso é completo e nos passa mais segurança.”

Portar arma de defesa pessoal é

TJ-RJ TEM 23 MAGISTRADOS EM SITUAÇÃO DE RISCO, O MAIOR NÚMERO DENTRE OS 36 TRIBUNAIS DO PAÍS



Juizes treinaram combate em proximidade e disparos de combate com espingarda calibre 12, pistola e fuzil

prerrogativa do magistrado, de acordo com a Loman (Lei Orgânica da Magistratura Nacional). No entanto, para o jovem juiz Daniel Werneck (28 anos), aprovado no penúltimo concurso do TJ-RJ, não adianta só ter a permissão. “Se não souber usar a arma, existe uma falsa sensação de segurança; na verdade, é até mais perigoso. Por isso é importante se sentir preparado antes de decidir portar ou não uma arma”, disse.

Um em cada 104 juizes estaduais está em situação de risco. O CNJ não diferencia as ameaças por gênero, mas Yedda acredita que as juízas são as mais vulneráveis. “A juíza mulher passa uma fragilidade maior. Apesar de haver um comportamento por vezes mais firme, ela se sente mais insegura. Diante da ameaça, juízas criminais se afastam, o que é péssimo para a magistratura. Você quer continuar, mas se sente tão constrangida que vai para outra jurisdição. Se essa vulnerabilidade for superada, e a juíza se sentir mais segura é uma garantia do exercício da função.”

A partir dos ensinamentos do curso, ela diz ter conseguido isso. “É importante estar capacitada para uma defesa

eventual e observar a postura e o manejo adequado da arma. Não uso arma no cotidiano, mas esse conhecimento é muito importante para saber como agir numa situação de emergência.”

Em casos de ameaça a magistrados, os tribunais brasileiros disponibilizam coletes balísticos (32% dos órgãos), serviços de escolta (30%) e veículos blindados (14%). Entretanto o CNJ constatou que, em grande parte das vezes, não existem ações de segurança para situações de urgência.

Em 2013, o fórum de Bangu foi invadido por criminosos, que pretendiam matar

o juiz Alexandre Abrahão e resgatar dois presos. Hoje no 3º Tribunal do Júri do TJ-RJ, o magistrado acredita que, com o treinamento de segurança, passa a reconhecer situações de perigo.

“A escolta não vai dormir dentro da casa do juiz. Pode ser que falhe, todo sistema de segurança do mundo pode falhar. Presidentes dos Estados Unidos foram vítimas de atentados porque seguranças falham. O magistrado pode estar em casa com uma arma de fogo e defender sua família. A Core e a AMAERJ estão de parabéns porque fizeram um curso para a defesa do cidadão e da família do juiz, exposto a risco por exercer um trabalho em prol da sociedade”, afirmou Abrahão.

Além de oferecer o curso, a AMAERJ reafirma a necessidade urgente de se retomar com vigor o Plano Nacional de Segurança de Magistrados. A associação solicitou ao TJ-RJ, em março, o reforço da segurança dos fóruns, instalação de detectores de metais, controle de acesso de visitantes e PMs nas salas de audiência. À presidência da AMB, a AMAERJ pediu a criação de uma comissão de magistrados. ■

“A ESCOLTA NÃO VAI DORMIR DENTRO DA CASA DO JUIZ. ELE PODE ESTAR EM CASA E PROMOVER A DEFESA DA FAMÍLIA DELE”



POR
**PETERSON
DE PAULA
PEREIRA**

PROCURADOR
DA REPÚBLICA
E SECRETÁRIO
DE RELAÇÕES
INSTITUCIONAIS/
PGR

LEGALIZAÇÃO DE JOGOS: JANELA DE OPORTUNIDADES AO CRIME



Quem flerta
cotidianamente com o
crime comete homicídios,
lava dinheiro, corrompe
e não deixará de
delinquir, à luz do sol

Tramitam no Senado Federal e na Câmara dos Deputados proposições legislativas que ampliam as modalidades de jogos lícitos no País. O cenário atual é de legislação restrita às loterias e ao turfê, e o tema ingressou na agenda política prioritária do Congresso Nacional e do Poder Executivo. Seus defensores esperam a aprovação da matéria neste semestre. Argumentam que tirar o jogos da clandestinidade fará florescer uma indústria que incrementará receitas aos entes da Federação; estimulará o turismo e nos colocará ao lado da maioria dos países onde jogos são legalizados. Há no Legislativo de projetos que se limitam a permitir cassinos associados a grandes hotéis-resorts em municípios com baixo IDH e outros acentuadamente permissivos, que tornam lícito do popular jogo do bicho aos jogos online. O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, repudiou as iniciativas na Nota Técnica 065/2016, não por razões de ordem moral. Não se censura o direito dos cidadãos de jogar. Loterias são populares, são comuns os bingos beneficentes, e o pôquer é socialmente disseminado.

Entretanto autorizar a criação dessa indústria e passá-la ao setor privado é uma aventura com fortes repercussões nas searas criminal e de saúde pública. É frágil o discurso do aumento orçamentário. Com exceção de eventuais aportes de dinheiro externo para construção de cassinos e de pequena clientela estrangeira e de alta renda local, nas demais modalidades os consumidores serão pessoas com renda média e baixa, que destinarão

seus recursos a outros fins se não os alocarem recursos aos jogos. Haverá migração de segmento tributado, com questionável ampliação da receita. Certo é que teríamos efeito devastador na saúde pública, com a ampliação da ludopatia, o vício em jogos. E o SUS mal dá conta de atender aos imensos contingentes de dependentes de álcool e de outras drogas.

Porém o que mais causa apreensão repercute na esfera criminal. A legalização dessa indústria significa dizer que os atuais atores, que atuam no submundo, serão os donos dos negócios. Quem flerta cotidianamente com o crime comete homicídios, lava dinheiro, corrompe e não deixará de delinquir, à luz do sol. Pior: sentir-se-á mais desenvolvido para ampliar seus ganhos, minimizando as contrapartidas ao Estado e à sociedade, no que estiver ao seu alcance. Essas assertivas não são especulações. Emergem da experiência do Ministério Público no combate ao crime organizado que opera o jogo clandestino no Brasil. A ousadia em legalizar este setor só se justificaria num cenário diferente do que vivemos. Há um forte movimento internacional e nacional de criação de legislação e ações para impedir a lavagem de dinheiro decorrente de crimes. Diante do Estado fragilizado com operações históricas de desbaratamento de atividades criminosas, é inoportuno abrir esse flanco. O MPF tem a expectativa de que o Congresso Nacional reflita com maturidade e rejeite a matéria, para o bem da sociedade brasileira. ■



Magistrados e parentes no topo da Pedra do Sino

MAGISTRATURA AVENTUREIRA

Um momento de imersão na natureza

por **ROBERTA MAINCZYK**

Entre subidas e descidas, de intensidades baixas, moderadas e pesadas, o visual ao final da trilha sempre compensa o esforço e o sacrifício. É assim que o trekking conquista aventureiros e amantes da natureza. Alguns caminhos levam a cachoeiras e piscinas naturais escondidas entre as matas, e outros apresentam paisagens de tirar o fôlego. O Brasil é conhecido por suas belezas naturais capazes de conquistar desbravadores que preferem as

montanhas, aqueles que querem um relaxante mergulho em uma praia escondida, e até quem procura conhecer as cidades de diferentes ângulos. As trilhas oferecem contato com a natureza, desconexão com o mundo virtual e uma vida mais saudável.

O Rio de Janeiro agrada tanto turistas quanto moradores que buscam praticar o esporte em meio a natureza. Na Cidade Maravilhosa não faltam trilhas. As mais conhecidas são Pedra da Gávea, Pedra

Bonita, Morro Dois Irmãos, Morro da Urca, Parque Laje – Corcovado, sem falar nas opções no Parque Nacional da Floresta da Tijuca. Há trekking para todos os tipos de esportistas, do iniciante ao avançado.

Mas a Região Serrana também proporciona ótimas opções de caminhadas para quem quer fugir da capital, como a trilha para o Dedo de Deus. Foi na Serra que o juiz Ronald Pietre formou um grupo com magistrados da AMAERJ e

parentes para o trekking. “Minha intenção é estimular a prática esportiva, a consciência ambiental e a confraternização da classe. Estou refazendo o que meu pai fez em 1981, quando levou a mim, minha mãe, minha irmã e amigos para a Pedra do Sino”, disse o juiz.

Depois de 35 anos, Ronald decidiu organizar um trekking no mesmo local onde, aos 11, dera início à prática de caminhadas e montanhismo. Em 19 de junho, com apoio da AMAERJ, o juiz reuniu um grupo com cerca de 20 pessoas para subir a Pedra do Sino, em Teresópolis. A 2275 metros de altitude, é o ponto mais elevado da Serra dos Órgãos.

O desembargador Murilo Kieling foi um dos que toparam acordar cedo, caminhar o dia todo e voltar guiados apenas pela luz das lanternas. A experiência foi recompensadora. “Cada um de nós, durante aquela aventura de caminhar por mais de onze horas para cumprir a meta, trazia dentro de si uma razão de ser daquele emocionante sacrifício. Eu tinha a minha: queria estar mais pertinho de onde começa o Céu”, relatou o magistrado.

Para o juiz Gabriel Stagi Hossmann, completar o trekking foi conquistar um sonho de criança. “Acordamos antes das

5h e voltamos às 19h, cansados, mas com o sentimento de dever cumprido por termos nos superado e vencido o desafio. Nos dias seguintes, vendo as fotos e nos lembrando de tudo, vejo o quanto foi importante ter vivenciado esta experiência e tido forças de chegar até o fim, o que vai ficar na minha memória.” Hossmann também comentou a importância desses eventos que promovem a união da classe. “Conheci colegas que nunca achei que fosse conhecer, diante da dificuldade inerente à nossa atribuição, das responsabilidades diárias e da distância entre nossas comarcas”, disse.

O segundo encontro do trekking aconteceu pouco mais de um mês depois, em 24 de julho, novamente na Serra Fluminense. Desta vez a escolha foi pela Pedra de Itaipava, a 1.369 m de altitude. Quinze juízes e desembargadores encararam o frio daquela manhã de domingo e atacaram

a montanha com alegria e disposição. O juiz aposentado Valdir Pietre, pai de Ronald e responsável pela primeira trilha do filho, elogiou a iniciativa. “É interessante a ideia de tornar essa caminhada um evento tradicional da AMAERJ. Isso incentiva um encontro dos magistrados com a natureza e, ao mesmo tempo, contribui para conscientizá-los da importância da luta pela preservação ambiental”, disse.

Ele lembrou a primeira trilha que fez com seu filho. “A caminhada de 1981 ficou para sempre gravada em minha lembrança de forma muito rica, assim como acredito que esta ficará fixada de

forma muito agradável na mente de todos os companheiros”, contou Valdir. Com o objetivo de tornar o trekking um encontro dos magistrados do Rio, Ronald Pietre já planeja descer a Serra e explorar as trilhas da Capital. O primeiro local ainda não foi definido, mas será divulgado em breve. ■

“VEJO O QUANTO
FOI IMPORTANTE
TER VIVENCIADO A
EXPERIÊNCIA E TIDO
FORÇAS DE CHEGAR
ATÉ O FIM. VAI FICAR
NA MINHA MEMÓRIA”,

GABRIEL HOSSMANN

ÓTICA  Desde 1955
SETE
SERVIÇO EFICIENTE TÉCNICO ESPECIALIZADO

Especializada em atender bem.

Descontos para os Associados **AMAERJ**

61 ANOS

ZEISS
We Make It Visible

Rua Sete de Setembro, 98 Sobreloja 206 - Centro - RJ
Tel.: (21) 2242-5220 / 2252-3185 / (21) 99601-0068



Mão na roda

Juízes e promotores promovem mutirão de ajuda ao meio ambiente e coletam até pneu de caminhão na Baía de Guanabara

por **DIEGO CARVALHO**

No fim de julho, a Secretaria estadual do Ambiente do Rio de Janeiro anunciou que 12 embarcações de coleta de lixo flutuante, conhecidas como ecobarcos, recolhem cerca de 700 quilos de resíduos sólidos por dia na Baía de Guanabara, sede das

competições de vela na Olimpíada 2016. Dias antes, em apenas duas horas, mais de 600 quilos de lixo foram coletados por 50 juízes e promotores de Justiça do Rio de Janeiro.

A manhã do sábado 9 de julho foi diferente para quem passou pelas areias de

Niterói. A “1ª Remada Limpa”, ação voluntária de conscientização do meio ambiente com canoas havaianas, reuniu cerca de 500 pessoas nas praias de São Francisco e do Morcego, em Niterói, às margens da Baía.

Em 2015, uma análise da qualidade da



Mutirão para coleta de lixo inorgânico na Baía foi feito em remadas de canoa havaiana

rede municipal de Niterói e as escolas particulares, porque é fomentando desde a primeira idade essa conscientização que teremos um futuro melhor. Será a primeira de muitas outras ações”, afirmou.

A mobilização foi inspirada no “Projeto Limpeza na Praia”, do Instituto Ecológico Aqualung (IEA), com o objetivo de ressaltar a necessidade de proteção ao meio ambiente. Criado em 2004, o programa de educação ambiental busca diminuir as crescentes montanhas de resíduos produzidas pela sociedade moderna de consumo.

Magistrados e promotores coletaram lixo com cinco canoas havaianas do tipo OC6, em águas abrigadas, em duas baterias de remadas (de cinco quilômetros cada) até a Praia do Morcego, onde foi feita a limpeza da praia, com o recolhimento de lixo inorgânico.

Mais de 300 alunos das redes pública e privada de ensino de Niterói também participaram do evento, que disponibilizou panfletos de conscientização e tendas pela orla.

“Não é só uma questão ambiental, é uma demonstração de que todos estão imbuídos de um propósito cidadão, de defender o que é nosso, a nossa qualidade de vida. Precisamos impedir a poluição, que prejudica a saúde, a economia e o trabalho de muita gente. É uma demonstração importante de que juízes e promotores estão unidos com a sociedade em um ato de cidadania”, disse o presidente da AMPERJ, Luciano Mattos.

Para o promotor, o evento foi um sucesso. “A ideia foi difundir que não é um problema apenas do poder público, dos órgãos ambientais. É um problema que todos nós da sociedade temos de enfrentar. Precisamos contribuir cobrando, participando e

água da Baía, encomendada pela Associated Press, encontrou níveis altos de vírus e bactérias de esgoto. A meta de reduzir em 80% o nível de poluição até a Olimpíada não foi cumprida pelo Governo do Estado.

Sob sol forte, membros do Judiciário e do Ministério Público e moradores da região tiveram um trabalho árduo. Latas, garrafas PET, galhos, embalagens, guimbas de cigarro, vidros, pedaços de isopor, grelhas para churrasco e até um pneu de caminhão foram encontrados no mutirão de limpeza. A mobilização foi promovida por

AMAERJ e AMPERJ (Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro). A presidente da AMAERJ, Renata Gil, disse que o objetivo do evento foi cumprido.

“Mostramos que os juízes são envolvidos com as causas de cidadania do nosso Estado e que estão juntos da sociedade cada vez mais. Cada um pode fazer a sua parte, desde o descarte do lixo com a coleta seletiva até a limpeza da praia. Tivemos uma importante simbiose entre adultos e crianças, fundamental para a formação do nosso futuro. Fizemos questão de trabalhar com a



Juízes, promotores e moradores de Niterói recolheram 600 quilos de lixo nas praias de São Francisco e do Morcego

nos engajando em campanhas como esta, de meio ambiente e de cidadania”.

A quantidade de lixo acabou sendo tão grande que não foi possível levar todo o material coletado na Praia do Morcego dentro das canoas havaianas. “Precisamos deixar um pouco de lixo para ser recolhido depois pela Prefeitura de Niterói. Temos um limite para a coleta e eles virão recolher o restante porque realmente não dá pra levar tudo”, disse o vice-campeão mundial de canoa havaiana Dave Macknight.

No fim do mutirão, os participantes foram premiados com medalhas em agradecimento ao cuidado com o meio ambiente.

A ação teve apoio do Aqualung, da Natsu Mitsubishi, do Guarderya Paddle Services, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Niterói, da Secretaria Municipal de Educação de Niterói, da Fundação Municipal de Educação de Niterói, da Cidade das Tintas PPG, da Água de Niterói, do Bradesco e do 4º Grupamento Marítimo de Itaipu.

A “1ª Remada Limpa” teve destaque na

imprensa. Os telejornais RJTV 1ª Edição e 2ª Edição, a Rádio CBN, a Rádio Band News FM e o jornal O Fluminense noticiaram o evento.

Toneladas de lixo

De acordo com Secretaria do Estado do Ambiente, os ecobarcos recolheram cerca de 21 toneladas de resíduos em junho. Entretanto o secretário do Ambiente, André Correa, disse que não é possível deixar a Baía de Guanabara em condições

“NOS SENTIMOS DESAFIADOS A CONTINUAR NESSE PROJETO E ESTAR COM A SOCIEDADE, MOSTRANDO A FORÇA DE JUÍZES E PROMOTORES”,

juíza **SIMONE FERRAZ**

adequadas em menos de 25 anos. Ele afirmou que para resolver o despejo de esgoto na Baía seriam necessários mais R\$ 20 bilhões para executar os planos municipais de saneamento, montante de que o governo não dispõe. Dados do governo do Estado, de 2015, mostram que apenas 49% do esgoto é tratado no entorno da Baía de Guanabara. Mais de 50 rios, que passam por 16 municípios, deságuam na Baía. Além do lixo, eles trazem 18,4 mil litros de esgoto por segundo. A juíza e remadora Simone Ferraz comemorou o resultado da ação de coleta da AMAERJ, mas se disse preocupada com a poluição nas águas do Rio. “Fico muito feliz porque melhoramos o ambiente e mostramos que é necessária a conscientização. Por outro lado, fico triste porque, em pleno 2016, ainda há 600 quilos de lixo e até um pneu na praia! Por isso nos sentimos desafiados a continuar nesse projeto e estar com a sociedade, mostrando a força de juízes e promotores não só nas suas canetas e gabinetes, mas também interagindo.” ■



Juíza Eunice Haddad: AMAERJ presente nas comissões do TJ

VEZ E VOZ

TJ-RJ atende a requerimento da AMAERJ para integrar comissões administrativas

por **DIEGO CARVALHO**

Meta da atual gestão da AMAERJ, a democratização interna do Judiciário avança. A luta para que o juiz tenha mais voz nos tribunais progride. O presidente do Tribunal de Justiça do Rio, Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, atendeu em junho ao pedido da associação para ter um magistrado indicado pela associação em suas comissões administrativas.

No requerimento, enviado em março, a AMAERJ destacou ser imprescindível

participar ativamente das comissões, para garantir e zelar pelos interesses de mais de 1300 associados, auxiliando também a Administração na solução dos conflitos decorrentes do relacionamento institucional.

O avanço começou em maio, quando o Conselho Nacional de Justiça aprovou resolução sobre a atuação de juízes de primeiro grau nas comissões do CNJ em que sejam tratados assuntos de interesse da magistratura.

No mesmo mês, em um parecer progressista e moderno, a COLEN (Comissão de Legislação e Normas) defendeu a presença de representante da AMAERJ em todas as comissões do TJ-RJ, com direito a voto.

Na visão dos membros da COLEN, por terem contato direto com os jurisdicionados, os juízes nas comissões terão elementos e experiência para soluções administrativas mais eficientes. “A participação ordenada, transparente e qualificada dos magistrados na elaboração das propostas em todas as comissões permanentes dos Tribunais por certo lhes conferirá maior teor de aptidão para responder às necessidades do jurisdicionado.”

O TJ-RJ autorizou que a AMAERJ tenha representantes permanentes nas comissões. Foi uma importantíssima vitória da entidade e dos magistrados do Rio, que acompanharão de perto, por meio da associação, questões que lhes dizem respeito e sobre as quais têm interesse direto.

Com a decisão, a associação passa a indicar, a partir de uma lista tríptica, representantes para COJES, COPAE, COMAP, COSEG e Comitê Gestor Regional da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição. A associação já atuava na COMAQ, COGEP e no Conselho de Administração do Rioprevidência. As únicas duas comissões pendentes são a COLEN e a COREG, que ainda dependem de aprovação do Órgão Especial.

Representante da AMAERJ na COMAQ, a juíza Eunice Haddad defende uma atuação proativa e firme ao lado dos juízes. “A AMAERJ pretende antecipar as questões, procurando dialogar com a administração. Sempre que houver algum tema de interesse da classe, vamos atuar”. ■

O corregedor dos corregedores

O ministro do STJ João Otávio Noronha defende que aprovados em concurso passem os primeiros dois anos na escola da magistratura “aprendendo a ser juízes”

por **RAPHAEL GOMIDE**

O corregedor nacional de Justiça João Otávio Noronha, 59 anos, estava exausto na noite de quarta-feira (5 de outubro). Passara horas em uma tensa e desgastante sessão no Superior Tribunal de Justiça (STJ), que decidiu caber à Assembleia Legislativa de Minas Gerais autorizar a abertura de ação penal contra o governador de Fernando Pimentel (PT), réu na Operação Acrônimo. Depois, ainda teria uma reunião administrativa com a presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) Cármen Lúcia. A entrevista para a **FÓRUM** só começaria por volta das 20h.

Ministro desde os 46 anos, foi aprovado em primeiro lugar para a magistratura,

em 1987, mas seguiu na bem-sucedida carreira de advocacia. A função de corregedor, que desempenha desde agosto, não é novidade para Noronha. Antes, fora corregedor-geral da Justiça Federal (de 2011 a 13) e da Justiça Eleitoral (2013-2015). Ele afirmou que pretende ser “o corregedor dos corregedores”, um “auditor” dos tribunais.

Noronha critica a espetacularização da Lava-Jato, mas defende o juiz federal Sergio Moro – “tem cumprido rigorosamente a legislação”. O ministro é a favor do fim do efeito suspensivo do recurso de apelação como regra, para tornar exequíveis as decisões judiciais de primeiro grau. “Se a decisão pode ser executada, mesmo que a parte recorra, por que vai ficar recorrendo? Não vai ter mais o recurso protelatório.”

Ex-diretor-geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), Noronha considera que os juízes recém-aprovados deveriam, “apesar da resistência dos presidentes de tribunais”, passar dois anos na escola de magistratura “aprendendo a ser juiz, a lidar com as partes, com os advogados, estudar deontologia jurídica, aprender psicologia judiciária, como se faz audiência quando se tem jovem, família”. Leia sua entrevista à **FÓRUM**.



Noronha já foi
corregedor-
geral da Justiça
Federal e da
Justiça Eleitoral

FÓRUM: O sr. considera que a atuação do juiz mudou de 30, 40 anos atrás para hoje? Qual é o papel do juiz contemporâneo?

JOÃO OTÁVIO NORONHA: Sim. O juiz contemporâneo tem de estar atento ao que ocorre na sociedade. Não é mais um juiz de gabinete. Tem de captar e entender o substrato social, até para que possa adequadamente interpretar os textos da lei e daí extrair a norma.

FÓRUM: A Justiça assumiu um protagonismo nacional. O sr. acha que a Operação Lava-Jato tem um papel nisso?

NORONHA: Não é que tenha assumido protagonismo. A Justiça não é para ser protagonista. Os indiciados da Lava-Jato é que são os verdadeiros protagonistas. Moro tem cumprido rigorosamente a legislação. Se erra por vezes, é normal errar. Nós muitas vezes revemos nossa posição. O que é importante destacar é que o índice de acerto é muito alto. E às vezes ele solta os que entende que não deve ficar presos. E as decisões têm sido confirmadas nos tribunais superiores.

FÓRUM: O ministro Teori criticou a espetacularização da apresentação

do MPF da denúncia contra Lula. O sr. também vê isso? É algo a ser combatido ou faz parte?

NORONHA: Não vi alguma, não, vi muita [espetacularização]! O ministro Teori Zavascki está corretíssimo. Fez o diagnóstico acertado dessa atuação. Como é que pode divulgar aquilo que nem sequer foi apreciado pelo Judiciário? Não se sabe nem se a denúncia seria ou será aceita.

FÓRUM: Em março, o sr. respondeu duramente ao ex-presidente Lula quando ele afirmou que o STJ estava “acovardado”. O sr. disse que o STJ “não é uma casa de covardes”. Por que decidiu defender publicamente a Casa?

NORONHA: Não tendo havido resposta institucional da instituição e eu sendo um dos decanos, entendo que a Casa que integro não pode ficar indefesa.

FÓRUM: A morosidade é muitas vezes apontada como um dos problemas do Judiciário. Quais são as principais causas, em sua opinião?

NORONHA: Primeiro, o excesso de judicialização pelo Estado; em segundo, do sistema recursal extremamente liberal, que permite que qualquer decisão seja impugnada, permitindo que sejam alçadas

aos tribunais superiores. Em terceiro, a indústria de advocacia nos segmentos de bancos, fundos de previdência, Saúde, telefônicas... A maioria improcedente.

FÓRUM: Neste momento (dia 5 de outubro), o STF está julgando se uma pessoa pode ser presa após condenação em segundo grau. Qual é a sua opinião sobre esse tema?

NORONHA: A decisão do ministro José Antonio Dias Toffoli, de aguardar a decisão do STJ, foi equilibrada. As pessoas precisam entender que é possível, nos casos de manifesta injustiça – em que as teses são reprovadas pelos tribunais superiores – atribuir efeito suspensivo ao recurso. (Está 4 a 4 a votação. Minutos depois, estaria 5 a 5. Por fim, a presidente Cármen Lúcia votaria a favor da prisão após condenação em segunda instância) de modo que se evitaria uma injustiça. Usando o próprio sistema recursal.

FÓRUM: Há solução para o congestionamento do Judiciário? Qual é o caminho?

NORONHA: Tem. Precisamos mudar o sistema recursal: retirar o efeito suspensivo do recurso de apelação como regra. Poderá ser dado pelo juiz caso a caso. O que, de certa forma, torna exequíveis de plano as decisões judiciais de primeiro grau. Explico por quê. Se a decisão pode ser executada, mesmo que a parte recorra, por que vai ficar recorrendo? Não vai ter mais o recurso protelatório.

FÓRUM: O sr. foi diretor-geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM). Na sua opinião, como deve ser a formação do magistrado?

NORONHA: A formação do magistrado é um grande investimento que o país precisa fazer. Prestigiar as escolas. Não acredito que deva ir para a vara sem passar antes por dois anos na escola de magistratura. Aprendendo a ser juiz! Lá não é para aprender Direito Constitucional, Civil! Lá ele vai aprender a ser juiz, a lidar com as partes, com os advogados, estudar deontologia jurídica, aprender

“Determinados órgãos [de imprensa] querem influenciar, criticar sistematicamente mesmo sem conhecer o teor da decisão”



Corregedor defende que o magistrado contemporâneo precisa estar atento ao que ocorre na sociedade. “Não é mais um juiz de gabinete”

psicologia judiciária, como se faz audiência quando se tem jovem, família. Isso é o que precisamos. Mas somos muito atrasados, há muita resistência dos presidentes de Tribunais. Quando termina o concurso, querem o juiz correndo na vara. E o pior: colocam um juiz despreparado, gasta um tempo enorme, pega vícios, demora um tempo enorme para corrigir.

FÓRUM: O sr. já sugeriu também que o juiz precise advogar por um período antes de exercer a magistratura. Por que acha importante?

NORONHA: É importante aprender a lidar e a ter a visão do outro lado. [Suspira, cansado]

FÓRUM: Em 1987, o senhor foi aprovado em primeiro lugar no concurso público para juiz de Minas Gerais,

mas continuou na advocacia. Por que naquele momento não quis exercer a magistratura?

NORONHA: Naquele momento foi uma opção pessoal: eu estava muito bem-sucedido na advocacia, achei que poderia esperar um pouco. Depois entrei para o STJ em 2002, aos 46 anos.

FÓRUM: Antes de assumir a corregedoria nacional, o sr. foi corregedor-geral da Justiça Federal (2011-13); e entre 2013 e 2015 e da Justiça Eleitoral. Tem muita experiência na área. Disse querer prestigiar o trabalho das corregedorias estaduais e pretender exercer papel de “auditor” dos tribunais. O que seria isso?

NORONHA: Ser o corregedor das corregedorias. Fazer com que atuem como corregedorias. Se apuram, instruem bem

o processo, não preciso fazer aqui, fazê-los fiscalizar de perto, próximo.

FÓRUM: E esse trabalho é feito de forma adequada nos estados?

NORONHA: Está começando a ser feito, melhorando muito, estou muito atento. Em alguns casos mais graves, certamente faremos requisição. Mas a regra é que o processo deve começar e terminar lá. Se verificar que a solução do caso não foi correta, avocaremos e faremos uma revisão disciplinar.

FÓRUM: O sr. pensa em uma modernização do processo administrativo?

NORONHA: Sim, é possível e preciso melhorar o procedimento. Informatizar tudo. Minha pretensão é que todos os processos das corregedorias dos Estados sejam informatizados, e daqui terei acesso

sem necessidade de pedir documento.

FÓRUM: Hoje, cada tribunal tem normas próprias. A AMAERJ considera que uma uniformização das regras facilitaria o trabalho interno das corregedorias e reduziria a carga do CNJ. É possível e viável uma uniformização?

Tem alguma proposta nesse sentido?

NORONHA: É viável. Vamos estudar. Talvez não dê para acabar no meu período, mas é preciso começar.

FÓRUM: O TJ-RJ acaba de aprovar no regimento interno a sustentação oral dos magistrados ainda na fase preliminar, antes da abertura do PAD, sob o argumento de que é possível haver afastamento cautelar. Assim, a ampla defesa deveria já valer nesse momento.

NORONHA: O magistrado já faz defesa prévia, faz sustentação oral antes do voto... Pode fazer defesa oral, não tenho nada contra. Mas se abre PAD é para que ele exatamente se defenda. É que estamos dando uma conotação equivocada. Como se abrir o PAD fosse uma punição, e não é. Depois vai querer que seja antes do antes do antes... Verifica se tem indício para

abrir o PAD, vai ter toda oportunidade de defesa: pode peticionar, fornecer documento.

FÓRUM: O senhor afirmou que o CNJ não pode ser colocado como instrumento de pressão e terrorismo sobre os magistrados. Por quê?

NORONHA: Num país democrático é essencial para a garantia das liberdades que juízes decidam com livre convicção. A imprensa pode influenciar, principalmente os juízes menos experientes. Determinados órgãos [de imprensa] querem influenciar, criticar sistematicamente mesmo sem conhecer o teor da decisão.

FÓRUM: Houve casos recentes em que foram abertos procedimentos para investigar casos a partir de informações da imprensa, caso do juiz de Ser-gipe do whatsapp.

NORONHA: Não era questão de abertura de PAD, com a devida vênia!... Ali era atividade jurisdicional.

FÓRUM: Em que circunstância se pode abrir um procedimento administrativo por decisão jurisdicional?

NORONHA: Só pode haver abertura de procedimento administrativo se

houver suspeita de que tenha sido objeto de corrupção.

FÓRUM: Qual é o limite entre o CNJ e as corregedorias dos tribunais para que não haja conflito de competência?

NORONHA: Às corregedorias dos tribunais cabem sobretudo os juízes de primeiro grau, não podem atuar sobre os demais; e o CNJ atua principalmente dos desembargadores, mas também atua em outros casos de primeiro caso, se houver necessidade.

FÓRUM: Haverá mudança de critério para avaliar a produtividade dos magistrados? Como o sr. acredita deva ser aferida a produtividade dos magistrados no país?

NORONHA: Estamos estudando. Isso é muito complicado. Porque às vezes o juiz pega um monte de processos fáceis, julga, e o magistrado é “muito produtivo”. E o outro pega um processo com cem volumes, parado há 20 anos, não pode produzir como o outro...

FÓRUM: Em alguns casos, o CNJ é visto pelos magistrados da base como uma espécie de órgão censor, visto com alguma antipatia, por sua atuação. Que estratégia o sr. pensa adotar para se aproximar essa base da Corregedoria e fazer com que entenda melhor o papel da Corregedoria?

NORONHA: Se o CNJ realmente focar no seu propósito, essa imagem vai desaparecer naturalmente.

FÓRUM: No ano passado, houve críticas a tentativas de mudanças no CNJ. O CNJ foi esvaziado, criando conselheiros de primeiro e segundo nível?

NORONHA: Não procede, com toda a honestidade!

FÓRUM: A participação de entidades de magistrados no CNJ é importante?

NORONHA: É indiferente... As associações defendem a classe. O CNJ julga juiz, tem de ouvir a classe. Não tem problema de ouvir. Tem de ter conselheiros que não se influenciem. ■

“Não deveria ir para a vara sem passar antes por 2 anos na escola de magistratura. Aprendendo a ser juiz!”

CARIOCANDO

CULTURA + TURISMO + ERATURA



CULTURA

Em entrevista até hoje inédita, o cineasta morto em 2014 defende uma arte que não seja objeto de consumo

Hugo Carvana contra a arte efêmera

CULTURA

p.32

Homenagens serão feitas a Carvana em 2017, quando faria 80 anos

ESPORTE

p.35

O time campeão de Máster da AMAERJ e o monge budista olímpico

TURISMO

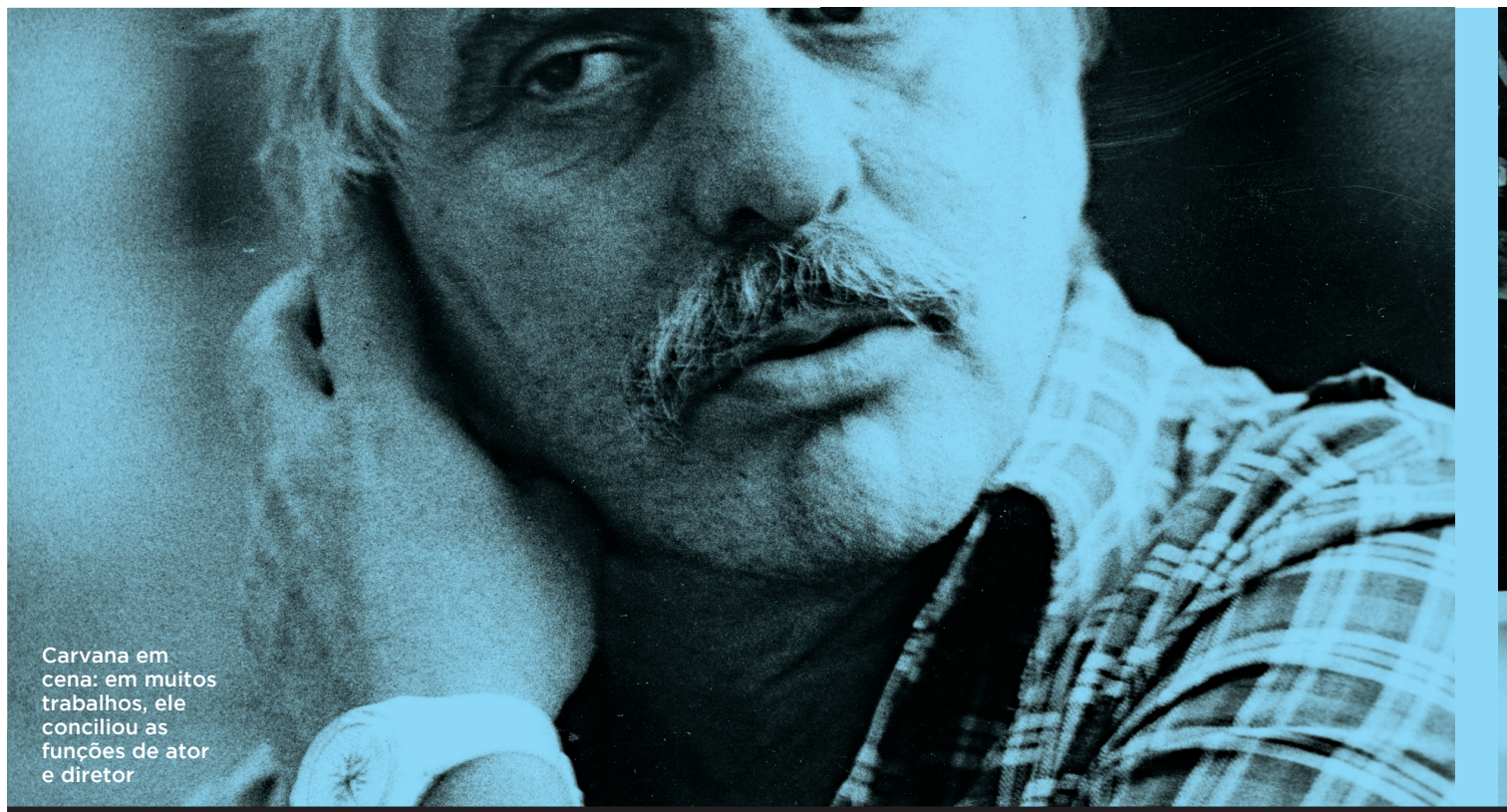
p.37

Tôquio, a próxima cidade olímpica, que abrigará os Jogos de 2022

ESTANTE

p.38

Conheça novos livros de Direito para enriquecer sua biblioteca



Carvana em cena: em muitos trabalhos, ele conciliou as funções de ator e diretor

POLITICAMENTE

Se estivesse vivo, o ator e cineasta Hugo Carvana completaria 80 anos em 2017. Morto em 2014, vítima de câncer no pulmão, deixou nove longa-metragens como diretor e personagens imortais nos mais de cem filmes e novelas em que atuou, em 60 anos de carreira. O malandro de *Vai Trabalhar, Vagabundo* ficará na memória. Em celebração ao seu 80º aniversário, uma série de homenagens está sendo preparada, entre as quais um documentário biográfico – produzido pela viúva, Martha Alencar, e dirigido pela ex-mulher, Luelane Corrêa. Antecipando as homenagens, a **FÓRUM** publica esta entrevista inédita, de pouco antes de sua morte. Com inteligência e franqueza, Carvana fala de fama, comenta o câncer, que derrotou em 1997 mas o mataria em

2014. Rejeita a pecha de malandro e conta histórias saborosas de uma época romântica da produção cultural no Brasil. Graças a Carvana, existem músicas como “Vai trabalhar, vagabundo”, compostas por Chico Buarque para a trilha de seus filmes. Um grande artista, original, que deixa saudades.

FÓRUM - Na comédia *Não se preocupe, nada vai dar certo, você disse que fez um filme sobre atores que não estão nas capas de revista. Não fazer sucesso é um drama para o ator?*

HUGO CARVANA - Acho que não. Um artista que hoje ocupa a mídia nada mais é que um objeto de consumo. É consumido mais pelo que sua imagem representa do que pelo que pensa ou diz. Seu rosto

é uma marca, e se você for extrair não há nada lá dentro. Em décadas de profissão, percebi que muitos artistas não quiseram participar disso. Preferem a intimidade do trabalho, mesmo que não lhe renda fortuna ou promoção pessoal. O que o satisfaz é sua arte. Fiz um filme sobre isso, *Apolônio Brasil*, a história de um cantor desconhecido, mas um belíssimo cantor, que nunca se interessou pelo sucesso, e cantava em bares. Tenho muito orgulho desse filme. Resgatei um pedaço bonito da música brasileira, que também foi vítima de preconceito.

FÓRUM - A arte é mais efêmera hoje?

CARVANA - O consumo é muito rápido, precisa de coisas novas sempre. O que é bom hoje amanhã já não é mais. A



INCORRETO

Uma entrevista inédita de Hugo Carvana, ator e cineasta que faria 80 anos no ano que vem

por **MARCEL BONFINI**

palavra 'novo' pode ser terrível, porque carrega uma carga perigosa de preconceito, um pouco de fascismo até. As coisas não se maturam. Ninguém deixa uma palavra, uma canção, uma poesia viver seu tempo. Tudo é descartado com muita rapidez.

FÓRUM - Há contradição entre os filmes densos do Cinema Novo, e o tipo de filme mais alegre que dirige?

CARVANA - Nenhuma. Sou ator acima de tudo e morrerei assim. No Cinema Novo encontrei uma corrente de pensamento que clareou minha visão de arte. Jovem, meu sonho era ser

“NINGUÉM DEIXA UMA PALAVRA, UMA CANÇÃO, UMA POESIA VIVER O TEMPO DELA. TUDO É DESCARTADO COM MUITA RAPIDEZ”

um ator europeu, ter uma representação elegante, fazer apenas clássicos no teatro. Com o Teatro de Arena, em São Paulo, e o Cinema Novo, descobri que isso era uma tolice, que eu tinha o homem brasileiro para representar, e existia um tipo de interpretação que eu desconhecia, mais realista. Foi uma janela que se abriu para um horizonte vasto. Anos depois, quando já era ator consolidado, e o diretor surgiu em mim, me levou para o lado da alegria. Era um momento difícil, ditadura, minha mulher tinha sido exilada, fui morar com ela no exterior, colegas torturados, e naquele

momento escrevi uma história divertida. Era uma semente em mim. Não foi planejamento intelectual, surgiu! E não consigo fazer outra coisa. Como ator, tenho o direito e o dever de representar personagens que me atraem. Como autor, meu mundo é esse.

FÓRUM - Foi um erro do Cinema Novo desmerecer e combater as chanchadas?

CARVANA - Quando o Cinema Novo surgiu, precisava se impor e fez isso derrubando o que existia. Todo movimento tem de ser iconoclasta, e foi preciso metralhar a chanchada, o sucesso na época. Falei isso com o Glauber [Rocha], quando filmávamos na África. De noite, à beira do rio Congo: “Pô, Glauber, a gente foi cruel com a chanchada, não é?”. E ele: “Carvana, a gente precisava



“Um artista que hoje ocupa a mídia nada mais é que um objeto de consumo”, diz Carvana

fazer aquilo”. Percebi que, lá no fundo, ele também se lamentava e reconhecia que talvez tivéssemos sido injustos. Mas era preciso. Você não pode chegar para Oswald de Andrade e dizer que ele foi injusto com os movimentos anteriores ao Modernismo.

FÓRUM - Seus trabalhos como cineasta não são uma tentativa de reparar esse momento?

CARVANA - Não conscientemente. Simplesmente brotou em mim uma semente lá de trás, quando comecei a carreira como ator de comédias. Não resolvi retomar a chanchada como um manifesto. E quando fiz *Vai trabalhar, vagabundo*, fiquei surpreso com a quantidade de gente angustiada como eu naquela época negra. O filme foi uma válvula de escape. E fui feliz, tive duas músicas do Chico Buarque que complementavam esse sentimento.

FÓRUM - Como surgiram as canções?

CARVANA - Era muito amigo do Chico. Quando comecei a escrever o roteiro do filme, pedi que fizesse a trilha. Dei o briefing, e Chico levou semanas, meses para entregar. Eu, desesperado, já na montagem, dizia: “Chico, pelo amor de Deus,

sem a música não posso fazer mais nada”. Até que um dia me ligou e disse para ir até lá. Ele tinha um gravador de rolo em casa, e quando cheguei, colocou dois copos de uísque; me deu um, apertou o botão do gravador, e começou a música *Vai trabalhar, vagabundo*. Apertou novamente o botão e veio *Flor da Idade*. Fiquei em prantos! Lembro que começamos a beber e a ouvir outra vez, e ele também estava apaixonado pelas músicas. Íamos jantar com Ruy Guerra, e ele propôs levar as músicas. Estranhei levar aquele gravador para o restaurante. Só que, ao arrancar da tomada, puxou com tanta força que arreventou o fio. Levamos assim mesmo, e os garçons nos ajudaram a colar o fio. Mostramos para Ruy na mesa. Quando as músicas tocaram, todo o restaurante aplaudiu.

FÓRUM - Seu último filme como diretor e protagonista foi *Vai trabalhar, vagabundo 2*. É difícil conciliar as funções?

CARVANA - Ficava esquizofrênico. Contracenava com Odete Lara e via se ela estava fazendo certo. Só que, ao prestar atenção nisso, esquecia de mim. Então percebi que precisava me libertar da função de ator porque o diretor pedia licença para existir.

“CHICO APERTOU O BOTÃO E TOCOU ‘VAI TRABALHAR, VAGABUNDO’. APERTOU NOVAMENTE E VEIO ‘FLOR DA IDADE’. FIQUEI EM PRANTOS”

Também tive humildade para reconhecer que outros poderiam fazer o papel melhor que eu. Em *O homem nu*, chamei o amigo Cláudio Marzo; em *Apolônio Brasil*, o [Marco] Nanini. Adoraria fazer o personagem do Nanini. Também sei cantar... Mas quem faria melhor do que ele? Não sou o melhor ator do mundo. Sou um bom ator, isso eu sei que sou, mas não um grande ator, de se falar com a boca cheia.

FÓRUM - Você se curou de um câncer no pulmão em 1997. Isso influenciou sua carreira?

CARVANA - Foi uma experiência muito forte, mas não tem a ver com a experiência intelectual. Quando você tem um câncer, é chamado para uma guerra que não sabia que existiria. É uma guerra que te pega desprevenido, sem armas. E é preciso criar armas para enfrentar. A primeira sensação é o arraso. Você chora, sofre! A segunda etapa é reconhecer o problema e conhecê-lo. O conhecimento é uma forma de se munir de armas para enfrentar, aí nasce a esperança.

FÓRUM - Muita gente ainda associa sua imagem com a do eterno malandro. Isso o incomoda?

CARVANA - Esse negócio do malandro ficou marcado depois de um seriado, *Plantão de Polícia*, que fez sucesso e me deixou estigmatizado. Sempre que puder, fujo disso. Até porque não sou malandro, trabalhei pra caramba a vida inteira! Não tenho nada de malandro, ao contrário, tive que me virar! Tive que educar quatro filhos, o que não é mole.

FÓRUM - Você se diz politicamente incorreto. Em que sentido?

CARVANA - Não suporto certo moralismo, hipocrisia, de dizer que todos têm de dar as mãos, vestir roupa branca e criar regras de convivência feliz... É uma tentativa de criar uma felicidade superficial, pré-fabricada. Ninguém é feliz porque deseja ser. A felicidade é uma conquista de dentro, pessoal, não há códigos, não há leis. O que não suporto é essa vontade de estabelecer regras! Sou um outsider. Outro dia, deixei a água correr um pouco mais na torneira e meu neto, de oito anos, disse que eu estava desperdiçando. Eu pensei, ‘que saco!’ As novas gerações estão contaminadas com esse vírus do politicamente correto. ■



Juizes do Rio e o ministro do STJ Marco Aurélio Bellizze (4º da esquerda para a direita, em pé). No detalhe, o goleiro Guilherme

NO TOPO

AMAERJ VENCE A DONA DA CASA E CONQUISTA TÍTULO DO NACIONAL MÁSTER DE FUTEBOL

por **DIEGO CARVALHO**

Tarde de sábado, 30 de julho, São Luís do Maranhão. Ali, Guilherme Andrade era o defensor de toda a magistratura fluminense. Não vestia toga, nem terno e gravata; mas camiseta preta de mangas curtas, bermuda bege, meiões e chuteiras pretas e douradas. O goleiro se concentrou para as disputas de pênaltis contra os donos da casa, deixando a pressão para o bater, da AMMA. Nos quatro jogos até aquela



final do Campeonato Nacional de Futebol Máster, que terminaria empatada em 1 a 1, sofrera apenas dois gols – a equipe venceria todas e marcaria 16 vezes. Guilherme era o menos vazado da competição.

Concentrou-se. “Já peguei um pênalti e quase defendi outros três. Preciso pegar esse!” O adversário maranhense correu e chutou forte no lado direito. Guilherme saltou com agilidade e espalmou a bola para fora de perigo. Com a defesa, a AMAERJ garantiu o título do Brasileiro.

Foi uma campanha perfeita, cheia de goleadas. Na primeira fase, a AMAERJ derrotou a AMARN (Rio Grande do Norte) por 4 a 0, a AMAGES (Espírito Santo, campeão do Sudeste) por 2 a 1 e a AMAZON (Amazonas) por 6 a 0. Na semifinal, passou pela AJURIS (Rio Grande do Sul) por 4 a 1. Além do goleiro menos

vazado, a AMAERJ também teve o melhor jogador (Eduardo Barbosa) e o artilheiro (Carlos Eduardo Figueiredo) – com 5 gols.

“Pegamos um grupo menos difícil na primeira fase. O melhor jogo foi contra o Rio Grande do Sul, nosso principal rival. E fizemos uma ótima final. Nós nos superamos física e tecnicamente. Nosso time tem mais qualidade que o do Maranhão, mas estávamos cansados e, por isso, a disputa foi para os pênaltis”, disse Andrade.

Na categoria Máster, jogam atletas a partir de 40 anos. O Campeonato Nacional é promovido pela AMB e foi organizado pela AMMA, com equipes de 11 associações estaduais: Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Maranhão, Ceará, Paraná, Santa Catarina, Espírito Santo, Amazonas, Pará e Rio Grande do Norte. ■

TIME DA AMAERJ FEZ 17 GOLS E SOFREU APENAS TRÊS NOS CINCO JOGOS QUE DISPUTOU. TÍTULO FOI CONQUISTADO NOS PÊNALTIS

CLASSIFICAÇÃO

	MASTER	
	1º LUGAR	AMAERJ
	2º LUGAR	AMMA (Maranhão)

PRÊMIOS

GOLEIRO MENOS VAZADO
GUILHERME ANDRADE

MELHOR JOGADOR
EDUARDO BARBOSA

ARTILHEIRO
CARLOS EDUARDO FIGUEIREDO



O hábito e o treino fazem o monge

MONGE OLÍMPICO



ATLETA JAPONÊS TREINOU ENTRE AS ORAÇÕES NO MOSTEIRO BUDISTA PARA AS OLIMPIADAS DO RIO

por **DANIELA CARDOSO**

A pós chegar em nono lugar nos Jogos Olímpicos de Londres, em 2012, e garantir um lugar na história da canoagem slalom japonesa, o japonês Kazuki Yazawa abandonou o esporte, em busca de sua paz interior. Trocou as roupas coloridas esportivas pela sóbria veste negra dos monges e passou a se dedicar à vida austera do budismo, recolhendo-se ao templo milenar Daikanjin, em Nagoia. Seis dias por semana, levantava-se antes de o sol nascer para entoar preces e cânticos.

A vida religiosa tornou-se sua missão, mas nem a meditação conseguiu fazê-lo esquecer a canoagem. Aos poucos, voltou a praticar. Aproveitava o tempo livre no fim de tarde para treinar nas corredeiras do rio Saigawa, vizinho ao complexo de templos de Zenkoji, erguido há 1400 anos.

Mesmo sem o incentivo dos religiosos e nem poder se dedicar exclusivamente à prática, o monge remou forte nas horas de lazer. Em 2015, surpreendeu o país ao vencer a seletiva nacional e conquistar a vaga para os Jogos do Rio. “Quando abracei o budismo, não acreditava que conseguiria conciliar treino e orações. Queria me dedicar exclusivamente ao templo, mas tudo aconteceu de forma tão natural que estou aqui”, afirmou o japonês de 27 anos, em julho, enquanto esticava roupas para secar em Deodoro (zona norte), onde veio treinar nas corredeiras artificiais, palco da canoagem slalom nas Olimpíadas.

A rotina de uma hora e meia por dia nas corredeiras, seguida de corridas e musculação, é muito inferior à dos adversários e corresponde à metade de sua

preparação para Londres. Mesmo assim, acredita estar mais preparado hoje.

Entre os atletas estrangeiros no parque olímpico, a cabeça raspada era o único elemento a diferenciá-lo. Para os budistas, simboliza renúncia, desejo de alcançar a felicidade duradoura.

Yazawa se hospedou em um hotel em um shopping, com vista para o vizinho ao Complexo do Alemão. O local em nada lembra a paisagem e a tranquilidade de seu templo budista. Foi um choque para o japonês. “Escutamos muitos barulhos parecidos com tiros. Ouvi que era disputa entre grupos rivais. Se for verdade, é muito triste e diferente de minha realidade”, disse o japonês, incrédulo.

Depois de treinar no Rio, em julho, o canoísta tomou rumo diferente do de companheiros de equipe, que seguiram para o leste europeu, berço dos melhores canoístas do mundo. Yazawa preferiu fazer a preparação final no templo, voltando à rotina de orações e treinos no Daikanjin. “Sinto-me mais forte no templo. O importante é eu me sentir equilibrado. Lá consigo isso”, disse Yazawa. Apesar de ter em mente o ouro, no Rio, Yazawa não conseguiu repetir a colocação de Londres e terminou fora da final. ■

2020: RUMO AO JAPÃO

por **DANIELA CARDOSO**

DEPOIS DA RIO-2016, A CAPITAL JAPONESA SERÁ
A PRÓXIMA CIDADE-SEDE DOS JOGOS OLÍMPICOS

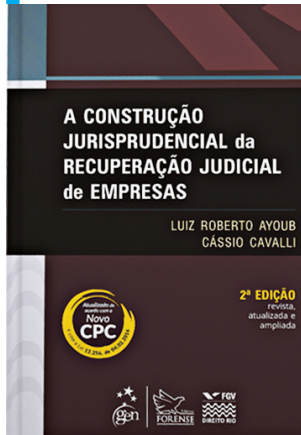
Passada a euforia das Olimpíadas, é tempo de pensar no futuro. E o futuro já é o Japão, há décadas. Um país moderno, tecnológico, com cultura milenar, que vale a pena de ser conhecido.

O Centro de Exibições de Tóquio é o maior do país e conjuga modernidade com a tradição milenar da cultura japonesa



O QUE NÃO PODE FALTAR EM SUA BIBLIOTECA

CINCO LIVROS RECENTES QUE TRATAM DE TEMAS RELEVANTES E CONTEMPORÂNEOS LIGADOS AO DIREITO

A CONSTRUÇÃO JURISPRUDENCIAL DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS

LUIZ ROBERTO AYOUB
CÁSSIO CAVALLI

2ª EDIÇÃO
revista,
atualizada e
ampliada

Novo CPC

GEN FORENSE FGV

A obra de co-autoria do juiz Luiz **Robert Ayoub** com o professor **Cássio Cavalli** aborda os esforços práticos e teóricos para a modernização das relações entre o Direito e a Economia. O livro trata da jurisprudência sobre recuperação de empresas, que vem crescendo em razão da crise do país. Esta segunda edição já está de acordo com o novo Código de Processo Civil, em vigor desde março. **Editora:** Gen/Forense

TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA

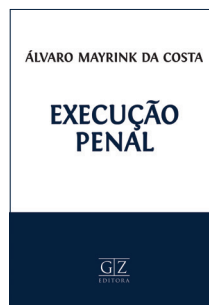


Juízes e advogados não falam ou pensam como as outras pessoas. O livro de **Noel Struchiner** e **Fábio P. Shecaira** esclarece o que há de peculiar, curioso e até paradoxal na argumentação jurídica. É indicado para iniciantes e especialistas, que encontrarão uma análise incomum de temas como interpretação jurídica, precedentes judiciais, analogias, princípios gerais do direito e raciocínio probatório. **Editora:** PUC-Rio CONTRAPONTO

MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NAS UPPS: notícias de uma experiência



O livro de **Barbara Msumeci Mourão** e **Pedro Strozenberg** analisa um programa de mediação de conflitos implantado nas UPPs, conduzido por duplas de PMs capacitados como mediadores. O trabalho avalia tanto o funcionamento do programa, como seu papel no policiamento de proximidade que originou as UPPs, destacando seus aspectos críticos e desafiadores. Eles apostam na mediação, dentro e fora do sistema judicial, para permitir uma solução pacífica. **Editora:** ISER



EXECUÇÃO PENAL

Baseado em experiência do diretor de estabelecimento penitenciário, advogado, professor e desembargador aposentado do TJ-RJ, **Álvaro Mayrink**, o trabalho analisa o conjunto normativo que regula a execução penal. O autor destaca a dignidade da pessoa humana e a proporcionalidade, diante de uma intervenção estatal mínima e por tempo mínimo, no Estado Democrático de Direito. **Editora:** GZ



HISTÓRIAS INVEROSSÍMEIS

O livro traz 26 contos atemporais sobre a vida, morte, sexo, amor, desencontros, dores, fé, tudo que faz parte do universo humano. A coletânea desperta uma curiosidade sobre as narrativas, causando ao leitor, ao mesmo tempo, prazer e desconforto. Antes de se dedicar à literatura, **Jairo Carmo** foi seminarista, juiz de direito e professor. **Editora:** 7 Letras

MOBILIDADE INTELIGENTE

17º
ETRANSPORT
11ª
FETRANSRIO

Agende-se e
reserve seu espaço
Inscrições abertas
www.etransport.com.br

23, 24 e 25 de
novembro
2016

Riocentro
Rio de Janeiro

realização

organização feira

apoio editorial

FETRANSPOR
Mobilidade com Qualidade



Revista
ÔNIBUS

TECHNI
bus
TRANSPORTE COLETIVO
E MOBILIDADE URBANA

Fetranspor: 55 21 3221 6300 | etransport@fetranspor.com.br
OTM Editora - MFontana Promoções: 55 11 5096 8104 | eventos@otmeditora.com